

# ANÁLISE DO NÍVEL DE CONHECIMENTO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE - IFRS: UM ESTUDO PERCEPTIVO ENTRE OS DISCENTES DOS CURSOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PRIVADAS DE JOÃO PESSOA.

NÓBREGA, Rodrigo de Queiroz.  
SOUZA, Paulo Cezar Ferreira.

## RESUMO

O presente estudo se refere à descrição do nível de conhecimento das novas terminologias contábeis introduzidas pelas Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS adotadas no Brasil pelos discentes do curso de ciências contábeis nas Instituições de Ensino Superior - IES privadas do município de João Pessoa. Em vista do exposto, o objetivo deste trabalho foi avaliar o nível de conhecimento, por parte dos discentes, das novas terminologias abrangidas pelas IFRS. Para tanto foi utilizado o método dedutivo e a pesquisa bibliográfica e aplicada, quanto à natureza, qualitativa e quantitativa, em relação a sua abordagem, e exploratória, descritiva e de campo, quanto aos aspectos de seus objetivos. A partir da descrição interpretativa dos dados, os resultados demonstraram que os discentes não possuem um nível satisfatório ou positivo de conhecimento das novas terminologias contábeis introduzidas pelas IFRS, o que, conseqüentemente, não os colocam em condição real de preparação para ingressar e atuar no mercado profissional.

**Palavras-chave:** Contabilidade Internacional. *International Financial Reporting Standards* - IFRS; Terminologias Contábeis.

## ABSTRACT

This study refers to the description of the level of knowledge of the new accounting terminology introduced by the International Accounting Standards - IFRS adopted in Brazil by students from the accounting sciences in higher education institutions – private in the city of João Pessoa. In view of the above, the objective of this study was to evaluate the level of knowledge by the students, of the new terminology covered by IFRS. For this, it was used the deductive method and the literature and applied research concerning the nature, qualitative and quantitative, for their approach, and exploratory, descriptive and field, in the matters of their goals. From the interpretative description of the data, the results showed that the students do not have a satisfactory or positive level of knowledge of the new accounting terminology introduced by IFRS, which, consequently, does not put the in real conditions of preparation to enter and operate in the professional market.

**Key-words:** International Accounting. International Financial Reporting Standards - IFRS, Accounting Terminology.

## 1. INTRODUÇÃO

A importância de se analisar o ensino-aprendizado, em relação à convergência das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), entre discentes, é relevante, uma vez que o mercado de trabalho exige profissionais atualizados e capacitados para registrar e analisar as informações que envolvem a situação econômica e patrimonial das empresas. A internacionalização da contabilidade é resultado direto do processo de ambientação política e econômica global.

Diante desse contexto, para que se promova e desenvolva conhecimentos e habilidades que permeiam o profissional contábil ao ingressar no mercado de trabalho em condições de atender às necessidades dos diversos usuários, inserido em um âmbito globalizado, faz-se necessário estabelecer conteúdos específicos nos componentes curriculares da graduação dos cursos de ciências contábeis.

Para tanto, as instituições de ensino superior estrangeiras e brasileiras iniciaram um processo de adaptação às pressões da globalização por meio da internacionalização dos currículos e das atividades, ou seja, estratégias foram criadas para lidar com essas questões, incluindo, neste caso, a internacionalização do ensino contábil.

Para introduzir o tema em questão, ressalta-se a necessidade de se buscar o entendimento prévio da compreensão dos conceitos gerais que abrangem a ciência contábil, com o propósito de fundamentar a estrutura teórica. Assim, com base em conceitos já mencionados por alguns autores, pode-se afirmar que a Contabilidade consiste em uma ciência, fundamentada por princípios e axiomas específicos, responsável por fornecer informações fidedignas e direcionadas aos usuários interessados para o processo decisório.

Na atualidade ela é considerada uma técnica capaz de produzir, com oportunidade e fidedignidade, resultados para o processo decisório, por meio de relatórios, que servem à administração de informações para auxiliar no processo de tomada de decisão e de controle de seus atos, demonstrando, por fim, os efeitos produzidos por esses atos de gestão no patrimônio da entidade.

Deve-se considerar que, a comunicação dessas informações é também um dos itens importantes no processo contábil, pois, através delas, são levados em consideração os princípios que norteiam a teoria da comunicação, a qual contribui para o desenvolvimento do processo contábil, estabelecendo a comunicação eficaz entre a contabilidade e os seus usuários.

Assim, é necessário que os docentes transmitam aos discentes conhecimentos sobre as normas internacionais de forma concisa e direcionada. Tal necessidade motivou a problematização desse estudo, no caso específico, relacionado às IES privadas de João Pessoa, provocando o seguinte questionamento: **Será que o nível de conhecimento entre os discentes dos cursos de ciências contábeis nas instituições de ensino superior privadas de João Pessoa em relação às novas terminologias adotadas pelas Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS são satisfatórias?**

A realização do presente estudo justifica-se por ser considerado de grande destaque na atualidade e pelo fato de expor as mudanças para os profissionais e acadêmicos da área contábil e suas adaptações diante das novas abordagens trazidas pelas IFRS. Com isso, é necessário que os docentes transmitam aos discentes conhecimentos sobre as atualizações advindas das normas, com o intuito de prover aos mesmos conhecimentos específicos para desenvolverem suas habilidades e capacidades no mercado de trabalho.

Em vista do exposto, o objetivo deste trabalho foi avaliar o nível de conhecimento, por parte dos discentes das instituições de ensino superior privadas de João Pessoa, sobre as novas terminologias abrangidas pelas IFRS.

## **2. CONTABILIDADE**

### **2.1 CONCEITOS DE CONTABILIDADE**

A contabilidade, pelo seu conjunto de princípios, normas e procedimentos próprios, é uma ciência cujo objetivo é o de conhecer a situação patrimonial das pessoas, físicas e jurídicas, e as suas mutações e variações. A partir do conceito ora mencionado, serão apresentadas neste item algumas definições que versam sobre a contabilidade e que foram evidenciadas por alguns autores.

Para Franco (1997 p 21):

A Contabilidade é a ciência que estuda os fenômenos ocorridos no patrimônio das entidades, mediante o registro, a classificação, a demonstração expositiva, a análise e a interpretação desses fatos, com o fim de oferecer informações e orientação – necessárias à tomada de decisões – sobre a composição do patrimônio, suas variações e o resultado econômicas decorrente da gestão da riqueza patrimonial.

Já para Gouveia (1993, p.1), a contabilidade pode ser definida levando-se em consideração três aspectos, os quais convergem para um conceito unificado. Eles podem ser representados por meio de um sistema, de registros e de informações. Em sua definição o autor menciona que:

[...] contabilidade é um sistema muito bem idealizado que permite registrar as transações de uma entidade que possam ser expressas em termos monetários, e informar os reflexos dessas transações na situação econômica financeira dessa entidade em uma determinada data.

Pode-se, então, afirmar que a contabilidade é uma ciência que visa estudar, controlar e revelar o real estado do patrimônio. Sua principal função é a de acompanhar as variações e mutações ocorridas em sua estrutura com o intuito de revelar seus aspectos econômicos e financeiros em um determinado período.

## 2.2 ASPECTOS HISTÓRICOS DA CONTABILIDADE: ORIGEM E EVOLUÇÃO

A contabilidade surgiu da necessidade do homem acompanhar e controlar a evolução de seu patrimônio. “Percebendo que a riqueza era algo por sua ação, pelos efeitos de seu pensamento, e desejando conhecer melhor o que o movimentava, passou a registrá-la” (SÁ, p.148-150, 1995). Dessa forma, ela faz parte da evolução e do desenvolvimento do próprio ser humano e da sociedade.

Schmidt (2000) pondera que, embora se tenha por costume considerar a obra *La Summa de Arithmetica, Geometria, Proportioni et Proportionalitá* do Frei Luca Pacioli como o nascimento da contabilidade, uma série de descobertas arqueológicas vem alterando esse pensamento, levando à reflexão de que a contabilidade foi advinda da era pré-histórica, juntamente com a origem das civilizações.

Baseado no Atlas da História do Mundo (1995), as primeiras civilizações foram surgindo a aproximadamente 6.000 anos a.C, partindo dos diversos vilarejos agrícolas existentes nos contrafortes montanhosos do Oriente Próximo. A primeira foi a da Mesopotâmia, aproximadamente, em 3.500 a.C.. Iudícibus (2000) descreve que a contabilidade é tão antiga quanto à origem do homem pensante. Historiadores remontam os primeiros sinais da existência de contas há aproximadamente 4.000 anos a.C. Entretanto, talvez antes disso o homem primitivo, ao inventariar o número de instrumentos de caça e pesca disponíveis, ao contar seus rebanhos, ao contar suas ânforas de bebidas, já estava praticando uma forma rudimentar de contabilidade.

O seu desenvolvimento, em toda a sua história, esteve sempre ligada ao desenvolvimento econômico e às transformações sociopolíticas e socioculturais experimentadas em cada época. O homem foi sentindo a necessidade de aperfeiçoar seu instrumento de avaliação da situação patrimonial ao mesmo tempo em que as atividades econômicas foram se tornando mais complexas.

### 2.3 CONTABILIDADE NO BRASIL: ASPECTOS CONTEMPORÂNEOS

Extenso é o período de desenvolvimento contábil no Brasil. Portanto, serão apenas citados os fatos mais marcantes em todo o processo. Schmidt (2000) propôs que a contabilidade brasileira poderia ser dividida em dois grandes momentos: o período que vai desde o descobrimento do Brasil até o ano de 1964, quando foi introduzido um novo método de ensino da contabilidade no país.

De acordo com Niyama (2005, p.1), na década de 70 o Brasil deu alguns passos para o desenvolvimento da ciência contábil, os quais podem ser assim descritos pelo autor:

- a) Obrigatoriedade de as companhias abertas terem suas demonstrações contábeis auditadas por auditores independentes;
- b) Publicação da Circular nº 179/72 pelo Banco Central do Brasil, padronizando a estrutura e a forma de apresentação das demonstrações contábeis das companhias abertas;
- c) Influência da escola norte-americana de contabilidade com o início do estudo sobre os princípios contábeis e a promulgação da lei nº 6.404/76 sob esta influência.

Para Nyiama (2008) os anos 80 apresentaram os piores aspectos econômicos na história do Brasil, com altos índices de inflação. Com o intuito de solucionar tais aspectos, foram implementados, na época, planos econômicos que influenciaram na política de crédito, resultando no que se chamou de primeira moratória, em 1985. A consequência decorrente desses planos repercutiu internacionalmente de forma negativa para o país.

Na década de 90 ocorreu uma série de mudanças no quadro macroeconômico, como a estabilização da moeda e abertura para investimentos estrangeiros em bolsas, fazendo com que o mercado brasileiro ficasse mais atraente e acessível aos investidores internacionais. Em 1994, com a implantação do Plano Real, os bancos tiveram que reaprender a lidar com a concessão de crédito em uma economia estabilizada e, como consequência, muitos deles não resistiram e tiveram que ser absorvidos por outros bancos ou simplesmente faliram. (NIYAMA, 2008).

Finalmente, em 28 de dezembro de 2007, foi sancionada a lei n°. 11.638 que revoga dispositivos das Leis n°. 6.404/76 e n°. 6.385/76 e estende-se às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. Essa lei, embora atente à realidade, procura criar condições para harmonizar as práticas contábeis adotadas no país e respectivas demonstrações contábeis com as práticas e demonstrações exigidas nos principais mercados mundiais. (BRAGA; ALMEIDA, 2008).

### **3 CONTABILIDADE INTERNACIONAL: HARMONIZAÇÃO CONTÁBIL BRASILEIRA**

Cada país possui suas regras, princípios, legislação e normas pertinentes às demonstrações contábeis, ou seja, todos os países possuem sua forma de escrituração e procedimentos contábeis diferenciados em razão de suas particularidades e realidades.

Com o aparecimento das grandes corporações, principalmente no século atual, relacionado ao desenvolvimento do mercado de capitais e ao ritmo de desenvolvimento do país, foi desenvolvido um campo amplo para o avanço das teorias e práticas contábeis norte-americanas.

Iudícibus & Marion (2002) afirmam que o desenvolvimento contábil acompanha de perto o desenvolvimento econômico. Com a ascensão econômica do colosso norte-americano, o mundo contábil volta sua atenção para os Estados Unidos, principalmente a partir de 1920, dando origem ao que alguns chamam de Escola Contábil Norte-americana.

Ressalta-se que o início do século XX presenciou a queda da chamada Escola Europeia (mais especificamente a Italiana) e a ascensão da chamada Escola Norte-americana no mundo contábil (IUDÍCIBUS; MARION, 2000).

Alguns motivos que levaram às mudanças de cenário internacional da contabilidade podem ser apresentados no Quadro 1, os quais contribuem para a comparação da evolução entre a escola Europeia e a Norte Americana. Nele podem ser observadas as razões da queda e da ascensão das duas escolas.

**Quadro 1 - Comparação de duas escolas da Contabilidade**

<b>RAZÕES DA QUEDA DA ESCOLA EUROPEIA (ESPECIFICAMENTE ITALIANA)</b>	<b>RAZÕES DA ASCENSÃO DA ESCOLA NORTE-AMERICANA</b>
<b>1. Excessivo Culto à Personalidade</b> Grandes mestres e pensadores da Contabilidade ganharam tanta notoriedade que passaram a ser vistos como “oráculos” da verdade contábil.	<b>1. Ênfase ao Usuário da Informação Contábil</b> A contabilidade é apresentada como algo útil para a tomada de decisões, evitando-se endeusar demasiadamente a contabilidade; atender os usuários é o grande objetivo.
<b>2. Ênfase a uma Contabilidade Teórica</b> As mentes privilegiadas produziam trabalhos excessivamente teóricos, apenas pelo gosto de serem teóricos, difundindo-se ideias com pouca aplicação prática.	<b>2. Ênfase à Contabilidade Aplicada</b> Principalmente à Contabilidade Gerencial. Ao contrário dos europeus, não havia uma preocupação com a teoria das contas, ou querer provar que a Contabilidade é uma ciência.
<b>3. Pouca importância à Auditoria</b> Principalmente na legislação italiana, o grau de confiabilidade e a importância da auditoria não eram enfatizados.	<b>3. Bastante Importância à Auditoria</b> Como herança dos ingleses e transparência para os investidores das Sociedades Anônimas (e outros usuários) nos relatórios contábeis, a auditoria é muito enfatizada.
<b>4. Queda do nível das principais Faculdades</b> Principalmente as faculdades italianas. Superpovoadas de alunos	<b>4. Universidades em busca de qualidade</b> Grandes quantias para as pesquisas no campo contábil, o professor em dedicação exclusiva, o aluno em período integral valorizaram o ensino nos Estados Unidos.

**Fonte:** Iudícibus & Marion (2002, p.36)

A contabilidade evoluiu bastante nas últimas décadas, incentivando os profissionais para que alcancem o merecido lugar no cenário econômico e social do país. Algumas forças do mercado exigem do profissional contábil competitividade, habilidade, aprimoramento profissional e a busca da perfeição, e para atingir todas essas qualidades, deve-se seguir os Princípios Fundamentais da Contabilidade, a ética profissional e a união entre os colegas para valorizar a profissão e as entidades que servem a todos.

Niyama (2008) afirma que a Contabilidade Internacional trata da denominação dada ao estudo das normas contábeis vigentes no Brasil, na União Europeia, nos Estados Unidos e em outros países aplicáveis à contabilidade geral, tendo em vista a realização de operações internacionais e a captação de recursos financeiros, principalmente nos mercados de capitais norte-americanos e europeu.

A nova legislação harmoniza a contabilidade brasileira aos padrões internacionais, o que facilita o investimento estrangeiro. Além disso, e apesar de ser questionável, obriga as grandes empresas de capital fechado a divulgarem seus balanços. Com as novas regras, diversas alterações significativas ocorreram, como a extinção das Demonstrações de Origens e Aplicações de Recursos (DOAR), a

obrigatoriedade de elaboração das Demonstrações do Fluxo de Caixa (DFC) e das Demonstrações do Valor Abrangente (DVA), criação de novos grupos e contas contábeis para o registro de determinadas operações, além de alterações para a avaliação dos investimentos pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP).

### 3.1. NORMAS E PADRÕES INTERNACIONAIS DA CONTABILIDADE: *INTERNATIONAL FINANCIAL REPORTING STANDARDS - IFRS*

O texto em comento aborda a contextualização das IFRS, considerando o seu surgimento até as iniciativas para harmonização com as práticas contábeis brasileiras. A *International Financial Reporting Standards*, ou IFRS, são normas internacionais de relato financeiro, emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

O principal objetivo dessas normas é desenvolver um único modelo de alta qualidade para as normas internacionais de contabilidade, que requeiram transparência e comparabilidade nas elaborações de demonstrações contábeis, que atendam ao público interessado nessas demonstrações, sejam eles pesquisadores, investidores, administradores, analistas ou quaisquer outros usuários de tais demonstrações. Não há como estabelecer uma data precisa para o surgimento e para a regulamentação das novas práticas contábeis. No entanto, os movimentos mais significativos começaram no século XIX, conforme assinala Silva (2006, p.1).

O desenvolvimento econômico e a diversidade de grupos empresariais no início do século XIX exigiram dos governos uma vigilância maior nestas atividades e na forma que as mesmas eram evidenciadas na contabilidade das empresas. Este desenvolvimento proporcionado por investimentos efetuados pela população, que nem sempre foram transparentes na evidenciação de seus resultados na contabilidade das empresas, levou os governos à regulamentação das práticas contábeis.

O padrão contábil em cada país sempre carregou peculiaridades da economia do país e do ambiente de negócios, o que segundo a Deloitte (2006) ocasiona que uma mesma transação poderia ser registrada de formas diferentes, dependendo do país de origem, de modo a gerar impactos diferentes nas contas patrimoniais e nas contas de resultado.

Deste modo, a busca de alguns estudiosos nestas últimas décadas de se alcançar as práticas contábeis mais avançadas, com o objetivo de evidenciar as atividades das empresas, só terá sentido e será cumprida se esta informação chegar ao seu principal

interessado da forma mais transparente e fácil de compreender, auxiliando eficazmente a tomada de decisão.

Santos (2008, p.15) afirma que,

É essencial que haja informações com qualidade, profundidade e fidedignidade, e a aplicação da contabilidade não pode ser considerada a mesma para todos os países, o que constitui empecilho nesse processo de globalização dos fluxos de capitais e investimento.

Por esta razão, o estudo da contabilidade internacional vem se desenvolvendo, e a adoção de normas contábeis reconhecidas internacionalmente, e entendida pelos usuários de todo o mundo, terão significativa vantagem sobre os demais países. O fornecimento de informações, de acordo com as características mencionadas acima, reduz o risco do investimento e o custo de capital. A implementação das IFRS envolve muito mais que a conformidade com as novas normas contábeis, a qual poderá causar um impacto significativo em toda a organização.

Niyama e Silva (2008, p. 19), mencionam que:

A regulamentação contábil é importante pelas próprias deficiências do mecanismo de mercado, que impedem um fluxo mais efetivo da informação. Mas, por outro lado, as decisões tomadas por uma autoridade central não garantem, necessariamente, a melhor solução para os problemas da informação.

Os autores supracitados apresentam no Quadro 2 as vantagens e desvantagens que a padronização da informação contábil pode gerar. Elas contribuem para o processo de internacionalização da contabilidade por contemplar finalidades específicas para o processo de adoção das normas internacionais.

**Quadro 2** – Vantagens e desvantagens da padronização contábil

<b>VANTAGENS E DESVANTAGENS DA PADRONIZAÇÃO CONTÁBIL</b>	
<b>VANTAGENS</b>	Reduz a assimetria da informação.
	Uma autoridade central define que padrão a seguir; (na busca por informações há diversos usuários com distintos interesses).
	Produz demonstrações contábeis justas para a sociedade.
	Capta recursos financeiros externos.
	Custos envolvidos na regulamentação.
	Transferências das riquezas; (os acionistas arcam com os custos para prover a padronização e divulgar, os não acionistas recebem a informação sem custo).
	Dificuldade de padronizar; (quanto maior o número de normas, maiores as possibilidades de interpretações diferentes).

<b>DESVANTAGENS</b>	Efeitos sobre as escolhas das pessoas; (inibe a criatividade e restringe as escolhas dos indivíduos).
	Efeitos sobre as escolhas das pessoas; (inibe a criatividade e restringe as escolhas dos indivíduos).
	Forma com é realizada; (as regulamentações realizadas em organismos especializados muitas vezes não permite a participação de pessoas interessadas).
	Pode ser injusta; (os critérios estabelecidos pelas normas devem determinar quem deve segui-las ou não).
	É uma atividade política; (deveria convidar todas as instituições interessadas a participar, mas, na prática, isso é inviável).

**Fonte:** Niyama e Silva (2008)

Para os autores, mesmo em meio a algumas divergências, a necessidade de investimento, o crescimento do comércio e o rápido acesso a notícias em outros países, cabem aos órgãos reguladores analisar e discutir sobre procedimentos a serem adotados, com a finalidade de torná-los coerentes na aplicação da harmonização das práticas contábeis.

### 3.2. ASPECTOS HISTÓRICOS DA LEI 11.638/07: HARMONIZAÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

A proposta de reformulação das normas contábeis foi integrada ao projeto de lei da sociedade por ações nº. 3.741/2000, que tinha como finalidade eliminar as barreiras regulatórias que impediam a inserção total das companhias abertas no processo de convergência contábil internacional, além de aumentar o grau de transparência das demonstrações contábeis em geral, inclusive em relação às chamadas sociedades de grande porte não constituídas sob a forma de sociedades por ações.

Conforme Braga e Almeida (2008, p.2):

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a lei no. 11.638, que alterou e revogou dispositivos da lei no. 6.404/76 e da lei no. 6.385/76, estabelecendo nova disciplina relativa à elaboração e divulgação de demonstrações contábeis pelas sociedades por ações, estendendo-a as sociedades de grande porte, ainda que não constituídas sob a forma de sociedades por ações.

Esta lei surgiu com o objetivo de contribuir para a harmonização das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas utilizadas nos principais mercados financeiros mundiais.

As demonstrações contábeis, com os efeitos societários da legislação supramencionada, passaram a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2008, embora tais práticas contábeis, a serem aplicadas, ainda não estarão harmonizadas com as normas internacionais do *International Accounting Standards Board* (IASB), o que ocorrerá à medida que a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e/ou o Banco Central do Brasil (BACEN) emitissem atos normativos, aprovando os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Em 14 de janeiro de 2008, a CVM emitiu um comunicado com o objetivo de esclarecer ao mercado e fazer consulta pública sobre o ato normativo a ser por ela emitido, referente à aplicação da lei aprovada no Congresso Nacional nº. 11.638/07. No presente comunicado, foram apresentadas, as principais alterações introduzidas pela referida lei, bem como as prioridades para a regulação das matérias nela contidas. A partir de então, a CVM tem se pronunciado com frequência sobre cada matéria e minuta de um novo pronunciamento submetido à discussão pública.

A lei 11.638/07 também permite que a CVM e outros órgãos reguladores celebrem convênios com organizações representativas e especializadas para a definição das novas regulamentações, o que já ocorreu em data anterior à promulgação da referida lei, com a criação do CPC.

A lei foi publicada em 28 de dezembro de 2007, e entrou em vigor em primeiro de janeiro de 2008, ela altera e introduz novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76, e nº 6.385/76, lei que institui a CVM.

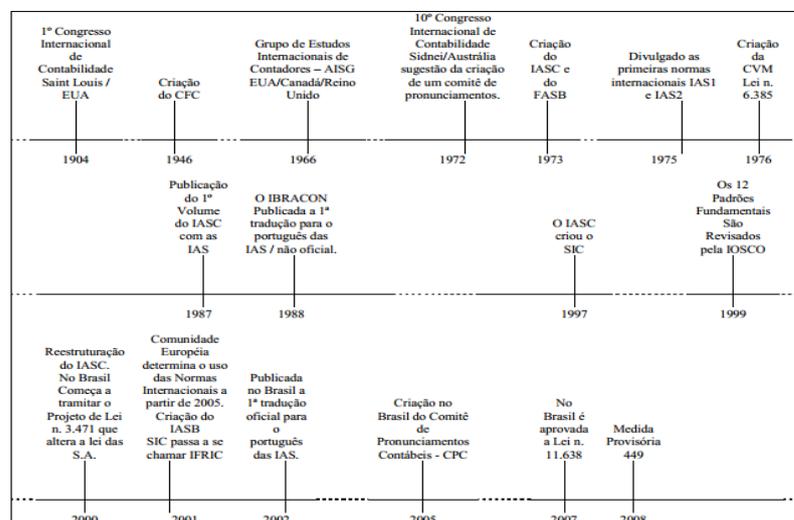
A lei 11.638/07 teve por objetivo adequar os procedimentos contábeis brasileiros às normas internacionais de contabilidade. O Comitê de Pronunciamento Contábil emitiu diversas orientações que passaram a regulamentar e nortear estas modificações.

A harmonização muitas vezes é confundida como sendo padronização das normas contábeis, que, conforme Rocha (2006 apud NIYAMA, 2005), “[...] padronização é um processo de uniformização de critérios, não admitindo flexibilidade”. Por sua vez, Weffort (2005) afirma que a harmonização se difere da padronização por sua finalidade, sendo que uma aproxima padrões, e a outra unifica.

Para Echtercht (2006, p.39) “a harmonização contábil é um processo através do qual vários países, em comum acordo, realizam mudanças nos seus sistemas e normas contábeis para facilitar a comunicação e permitir comparações”.

Historicamente, os países buscam por padrões a fim de melhorar a comunicação entre os agentes envolvidos, possibilitando a comparabilidade nas informações

contábeis, controlar de forma mais adequada à estrutura do negócio da empresa e utilizá-la como instrumento de planejamento. A Figura 1 evidencia os esforços em busca de um padrão contábil ao longo dos anos.



**Figura 1:** Fatos Importantes da História da Harmonização Contábil Brasileira e Mundial

Fonte: Rocha (2006)

É certo afirmar que, um longo caminho já foi percorrido em direção à harmonização das normas contábeis, mas é certo afirmar também que as dificuldades ainda são muitas, pois existem diversos conflitos de interesses entre os participantes. De um lado estão os pesquisadores e contadores que efetivamente poderão aplicar os padrões contábeis, e do outro a vontade política, que nem sempre procura maximizar o bem-estar econômico ou social dos participantes.

Segundo Arpan e Radebaugt apud Weffort (2005) “Nacionalismo, egoísmo e orgulho também podem impedir o progresso da harmonização internacional”.

### 3.3. TEORIA DA COMUNICAÇÃO E A CONTABILIDADE: A RELAÇÃO ENTRE AS NOVAS TERMINOLOGIAS CONTÁBEIS

A comunicação está presente em todas as situações sociais, portanto, não existe comunicação sem sociedade, nem sociedade sem comunicação. Para que se possa realizar algumas considerações sobre a comunicação, serão citadas algumas definições de comunicação, na visão de vários estudiosos do tema.

Para Chiavenato (2000), a comunicação representa a troca de informações entre indivíduos. Significa tornar comum uma mensagem ou informação.

No conceito de Scanlan (1979), ela pode ser definida simplesmente como o processo de se passar informações e entendimentos de uma pessoa para outra.

A Contabilidade é, propositalmente, um sistema de informação que nada mais é do que um conjunto articulado de dados, técnicas de acumulação, ajustes e edição de relatórios, que segundo Iudícibus, Martins e Gelbcke (2000, p. 62) permite:

- a) Tratar as informações de natureza repetitiva com o máximo possível de relevância e o mínimo de custo.
- b) Dar condições para através da utilização de informações primárias constantes do arquivo básico, juntamente com técnicas derivantes da própria Contabilidade e/ou outras disciplinas, fornecer relatórios de exceção para finalidades específicas, em oportunidades definidas ou não.

Para realizar um paralelo entre o processo de comunicação e o processo contábil, há a necessidade de se conhecer os componentes básicos da comunicação, levando em consideração que a relação entre os processos promove uma comunicação eficaz entre os usuários e a contabilidade. Esse processo pode ser descrito da seguinte maneira, conforme se observa o Quadro 2 e Quadro 3.

**Quadro 2:** Componentes do processo de comunicação.

<b>COMPONENTES</b>	<b>SIGNIFICADOS</b>
Emissor	Indivíduo que tem por finalidade codificar a mensagem e torna-la compreensível ao destinatário.
Mensagem	Reunião inteligível de códigos (símbolos) que permitam o elo de comunicação entre o emissor e o receptor.
Canal	Meio utilizado para transportar a mensagem ao destinatário.
Receptor	Destinatário da mensagem.

**Fonte:** Adaptado de DIAS FILHO E NAKAGAWA (2001, p. 52 a 54).

**Quadro 3:** Processo contábil comunicativo

PROCESSO CONTÁBIL	PROCESSO DA COMUNICAÇÃO	EXEMPLO
Contabilidade	Fonte	Representada pelos sistemas de informações contábeis.
Relatórios contábeis	Canal	As demonstrações financeiras são fundamentais e profundas, pois o seu objetivo é prover informações uteis para tomada de decisões.
Usuário das informações contábeis	Receptor	Representada por gerentes, acionistas e etc...
As terminologias contábeis	Ruído	O excesso de informações e termos técnicos utilizados nos processo contábil.

**Fonte:** Adaptado de Iudicibus (1993)

Desde que duas pessoas resolvam comunicar-se, é absolutamente necessário que passem a dar aos objetos, conceitos e ideias o mesmo nome, sob pena de, no mínimo, reduzir-se o nível de entendimento. O que comumente se denomina de "mero problema de terminologia" talvez fosse mais bem tratado como "magno problema de terminologia".

Com as mudanças ocorridas na contabilidade, surgiram novas terminologias que se deve adequar. Baseado nessas mudanças será abordada a importância da comunicação na profissão contábil, para que se possa interpretar as informações que estão sendo atualizadas.

Com a adoção do IFRS, e a adaptação dos novos CPC's, surgiram novas terminologias contábeis que causaram impactos de mudanças nas pessoas, nos processos, nos sistemas e nos negócios.

Considerando que a utilização de uma terminologia homogênea simplifica o entendimento e facilita a comunicação, serão definidos a seguir alguns termos contábeis de acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

- ✓ **Goodwill:** a diferença entre o valor de mercado de um bem e o seu valor financeiro ou de mercado
- ✓ **Teste de Impairment:** o teste de recuperabilidade, conhecido como "impairment test." tem por objetivo apresentar de forma prudente o valor real líquido de realização de um ativo.
- ✓ **Propriedade para Investimentos:** é a propriedade (terreno ou edifício – ou parte de edifício – ou ambos) mantida (pelo proprietário ou pelo arrendatário em arrendamento financeiro) para auferir aluguel ou para valorização do capital ou para ambas, e não para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou

para finalidades administrativas; ou ainda para venda no curso ordinário do negócio.

- ✓ **Intangíveis:** os chamados "ativos intangíveis" são aqueles que não têm existência física.
- ✓ **Instrumentos Financeiros:** são operações contratadas entre uma entidade com uma instituição financeira para fins de se obter um ativo financeiro e um passivo financeiro ou título patrimonial para outra entidade.
- ✓ **Ajuste de Avaliação Patrimonial:** esse subgrupo do patrimônio líquido que tem como função absorver as operações onde houver ajustes de um determinado ativo ou passivo calculado a valor de mercado.
- ✓ **Resultado Abrangente:** é a mutação que ocorre no patrimônio líquido durante um período que resulta de transações e outros eventos que não derivados de transações com os sócios na sua qualidade de proprietários.
- ✓ **Valor Contábil:** valor em que um ativo ou passivo é reconhecido no balanço patrimonial.
- ✓ **Valor Depreciável:** custo do ativo, ou outra quantia substituta do custo (nas demonstrações contábeis), menos o seu valor residual.
- ✓ **Valor Residual de Ativo:** valor estimado que a entidade obtivesse no presente com a alienação do ativo, após deduzir as despesas estimadas da alienação, se o ativo já estivesse com a idade e com a condição esperada no fim de sua vida útil.
- ✓ **Valor Recuperável:** o maior valor entre o valor justo diminuído das despesas de venda de um ativo e seu valor em uso.
- ✓ **Custo Atribuído (Deemed Cost):** é uma espécie de reavaliação, que pode aumentar o valor dos bens, mas não pode ultrapassar o valor justo. também pode diminuir o valor do bem desde que esteja registrado acima do valor justo.
- ✓ **Arrendamento Mercantil:** é um acordo pelo qual o arrendador transmite ao arrendatário, em troca de um pagamento ou uma série de pagamentos, o direito de usar um ativo por um determinado período de tempo.

#### 4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O método adotado neste estudo foi o dedutivo, pelo fato de utilizar documentação secundária. Sua finalidade é a de analisar o grau de conhecimento das

normas internacionais de contabilidade entre os discentes do curso de ciências contábeis nas instituições de ensino superior privado de João Pessoa.

Pode-se dizer que este estudo é caracterizado pela pesquisa do tipo básica e aplicada. Básica, porque teve como proposta a ampliação dos conhecimentos teóricos relacionados às novas terminologias contábeis introduzidas pelas IFRS quanto ao grau de conhecimento dos discentes dos cursos de ciências contábeis nas instituições de ensino superior privadas. E aplicada, por ter sido realizado com o auxílio da técnica estatística da distribuição de frequência percentual, que, com o auxílio da ferramenta do *Microsoft Excel*, proporcionou a tabulação dos dados e, conseqüentemente, a sua interpretação.

A forma de abordagem utilizada por este estudo configura-se na classificação qualitativa e quantitativa, uma vez que a descrição do grau de aderência às novas terminologias das IFRS pelos discentes nas Instituições de Ensino Superior - IES privadas se refere à abordagem qualitativa por meio da abordagem quantitativa da tabulação dos dados obtidos com as respostas dos questionários aplicados.

O presente estudo ainda se caracteriza por meio da pesquisa do tipo exploratória e descritiva, em relação aos objetivos pretendidos. Exploratória, por proporcionar uma visão geral de um fato existente e, descritiva, por descrever características diversificadas em relação às amostras de uma população que se pretendia determinar.

Como proposta de aplicação deste estudo, foram escolhidos os discentes do 7º (sétimo) e 8º (oitavo) períodos do curso de ciências contábeis das instituições de ensino superior privadas de João Pessoa. Essas instituições foram selecionadas a partir da pesquisa realizada no *site* do Ministério da Educação e Cultura (MEC), mas especificamente no ambiente denominado de e-MEC.

Este ambiente apresenta a classificação geral das IES por categoria administrativa e organização acadêmica. A administrativa compreende àquelas instituições consideradas públicas ou privadas e a que se refere à organização acadêmica contempla instituições classificadas como Faculdades, Centro Universitário, Institutos Federais e Universidades, as quais fazem parte do ambiente desta pesquisa as IES inseridas na seguinte categoria administrativa e organização acadêmica:

- ✓ Faculdade Luís Mendes - Lumen Faculdades
- ✓ Centro Universitário de João Pessoa – UNIPÊ
- ✓ Instituto de Educação Superior da Paraíba – IESP

O método de coleta dos dados é compreendido por meio do levantamento do ambiente do estudo. Foram determinadas, através de uma amostra representativa e significativa, as IES participantes, levando-se em consideração apenas àquelas consideradas como privadas em João Pessoa e os discentes matriculados.

Importante ressaltar que o percentual da amostra não pôde ser determinado pelo fato de serem poucas as instituições de ensino superior privadas que oferecem o curso de ciências contábeis no município de João Pessoa e que algumas IES selecionadas não permitiram que a pesquisa fosse realizada. Dessa forma, resolveu-se aplicá-la apenas nas três instituições anteriormente mencionadas.

Como instrumento de coleta de dados, foi utilizado um questionário estruturado, não disfarçado, auto preenchível, com questões fechadas e abertas, aplicado aos discentes do 7º e 8º períodos do curso de ciências contábeis das IES selecionadas.

Para a organização e tabulação dos dados, foi utilizado, como ferramenta de auxílio, o programa do *Microsoft Excel* e a técnica estatística representada pela distribuição de frequência percentual. Por meio do *Excel*, foram inseridos os dados inerentes às respostas obtidas pelos questionários respondidos pelos discentes. Em seguida, foi realizada uma análise interpretativa de cada questão após a imediata aplicação da técnica mencionada, sendo esta análise posteriormente interpretada.

Todos os dados gerados, a partir da metodologia descrita, foram apresentados e analisados. Os resultados estão baseados no questionário aplicado com intuito de descrever a compreensão do grau de conhecimento das mudanças nas terminologias contábeis por parte dos discentes, em relação às normas internacionais de contabilidade.

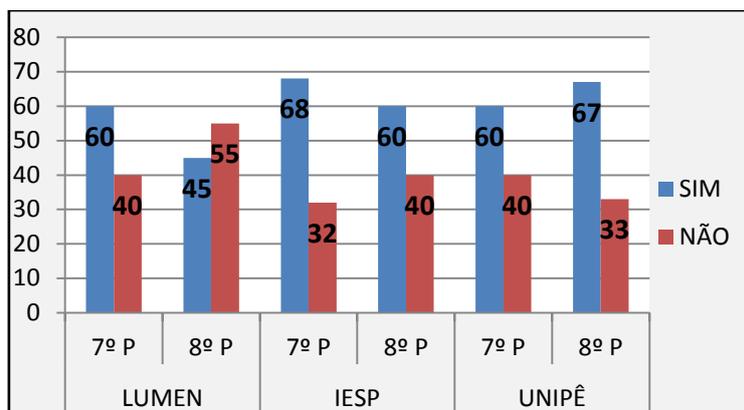
O questionário foi dividido em duas partes. A primeira foi importante para identificar o período, o nome da instituição de ensino e o nome do aluno (opcional). Já a segunda parte do questionário apresentou a abordagem do tema, da inserção ou não dos discentes no mercado de trabalho, da aderência destes às normas e às novas terminologias introduzidas pelas normas internacionais de contabilidade, da avaliação dos discentes em relação ao tratamento do tema na sua instituição e da preparação destes discentes para ingressar no mercado de trabalho.

As instituições de ensino que participaram da pesquisa foram a Lumen Faculdades, onde 15 discentes foram do sétimo período e 20 foram do oitavo período, o Instituto de Ensino Superior da Paraíba - IESP, onde participaram 22 discentes do sétimo período e 15 do oitavo período, e o Centro Universitário de João Pessoa – UNIPÊ, com a participação de 10 discentes do sétimo período e 06 do oitavo período.

## 5. RESULTADOS

Para identificar e descrever a situação atual dos discentes no mercado de trabalho em relação ao exercício profissional, parcial ou integral, foi questionado aos mesmos se já exerciam ou não algum tipo de atividade na área contábil. Esse questionamento, com suas respectivas respostas, podem ser visualizados no Gráfico 1 – Exercício profissional na área contábil entre os discentes.

**Gráfico 1** – Exercício profissional na área contábil entre os discentes



Fonte: Elaboração própria

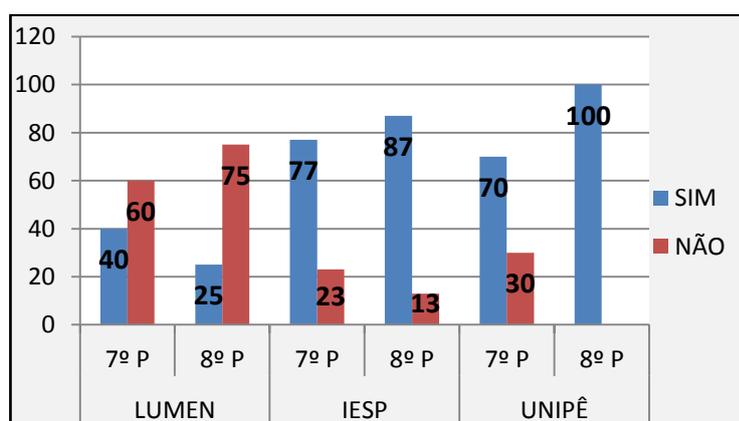
Através da interpretação dos dados apresentados, foi observado que, na Lumen, 60% dos discentes matriculados no 7º período informaram que exercem algum tipo de atividade na área contábil e 40% não exercem. Dos discentes matriculados no 8º período, 45% exercem determinada atividade na área, enquanto 55% não exercem qualquer tipo de atividade contábil. Ou seja, a maioria dos discentes pesquisados, que fazem parte do oitavo período, está na iminência de se formar e, ainda, não tem ou tiveram qualquer tipo de contato com o exercício prático da contabilidade.

Já no IESP, 68% dos discentes do 7º período exercem atividade na área contábil, sendo este o que apresentou o maior percentual de discentes que já atuam na área, e 32% dos discentes não atuam na área. No 8º período, 60% atuam na área contábil e 40% dos respondentes não exercem atividade nesta área.

Na UNIPÊ, 60% dos discentes do 7º período exercem atividade na área contábil e 40% dos discentes não atuam na área. No 8º período, 67% atuam na área contábil e 33% dos respondentes não exerce atividade contábil.

Como o objetivo do estudo é descrever o grau de conhecimentos dos discentes sobre as novas terminologias contábeis introduzidas pelas IFRS, foi questionado a estes, inicialmente, se eles tinham algum nível de conhecimento básico do que significava a sigla “IFRS”. O intuito deste questionamento era para dar início, posteriormente, aos questionamentos seguintes que tratavam das terminologias introduzidas pelas normas internacionais de contabilidade. O Gráfico 2 – Conhecimento da sigla IFRS apresenta os dados levantados.

**Gráfico 2-** Conhecimento da sigla IFRS



Fonte: Elaboração própria

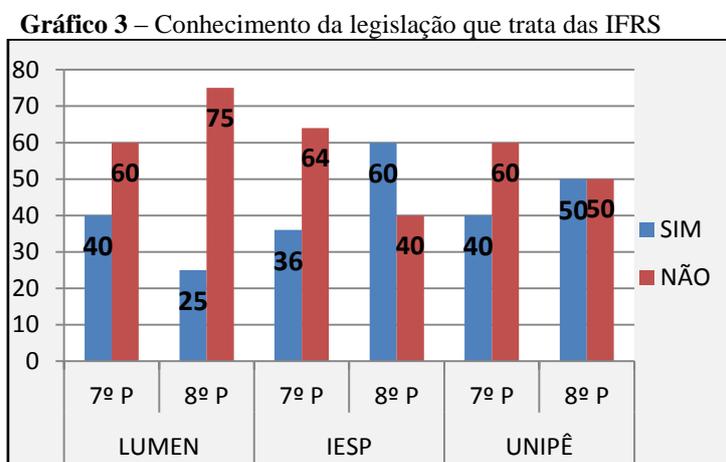
O resultado revelou que na Lumen, no 7º período, 40% dos discentes sabem o significado da sigla e 60% não possuem conhecimento algum sobre ela. O 8º período apresentou o resultado menos satisfatório, já que, somente 25% dos discentes possuem conhecimento da sigla e 77% não possuem conhecimento sobre ela.

O IESP apresentou um resultado satisfatório no 7º período e no 8º período, onde os resultados apontam, respectivamente, que 77% dos discentes conhecem a sigla IFRS e somente 23% não conhecem, e 87% dos discentes conhecem a sigla e 13% não possuem conhecimento algum.

Já a UNIPÊ apresentou o melhor resultado das três instituições pesquisadas, onde 100% dos discentes informaram que tinham conhecimento da sigla IFRS.

Para aprofundar mais na questão dos conhecimentos intrínsecos às normas internacionais de contabilidade, foi introduzida no questionário uma pergunta que tratava do real conhecimento, por parte dos discentes, da legislação responsável pela harmonização das IFRS. A finalidade desse questionamento era observar o nível de conhecimento dos discentes acerca da legislação que rege o exercício profissional da

contabilidade, para descrever resultados relacionados ao conhecimento das novas terminologias contábeis. Os dados que tratam das respostas obtidas encontram-se especificados no Gráfico 3 - Conhecimento da legislação que trata das IFRS.

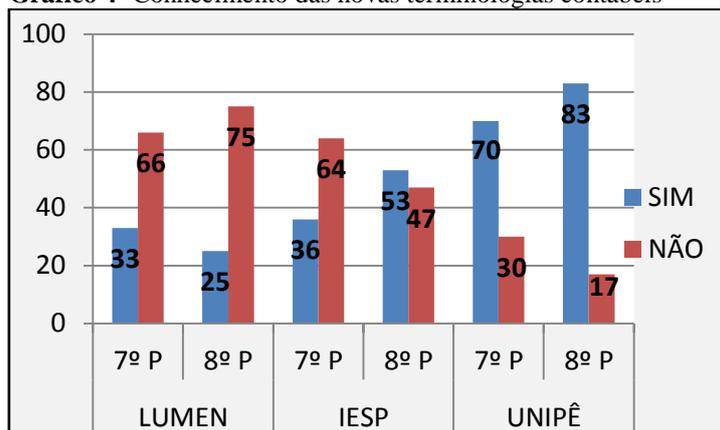


Fonte: Elaboração própria

Segundo a interpretação dada ao gráfico 3, no 7º período da Lumen 40% dos alunos tinham conhecimento da legislação e 60% não. O 8º período apresentou o maior percentual de discentes que não conheciam essa legislação, totalizando 75%. Portanto, 25% conheciam a legislação. No IESP, dos discentes respondentes do 7º período, 36% conheciam a lei, sendo que 64% não tinham conhecimento dela. No 8º período, 60% dos discentes conheciam a lei, apresentando o resultado mais satisfatório das três instituições, e 40% não tinham conhecimento da lei. Já na UNIPÊ, no resultado do 7º período, 40% dos alunos tinham conhecimento da legislação e 60% não sabiam do que essa lei tratava, apresentando um resultado semelhante ao do 7º período da Lumen. No 8º período o resultado aponta que 50% dos discentes conhecem a lei e 50% não a conhecia.

A partir da análise interpretativa e fundamentada do gráfico anterior, foi questionado aos discentes se os mesmos tinham algum tipo de conhecimento sobre as novas terminologias contábeis introduzidas pelas IFRS. O objetivo dessa pergunta era descrever a quantidade ou percentual de discentes que tinham algum tipo de conhecimento sobre elas. Os dados apresentados no Gráfico 4 – Conhecimento das novas terminologias contábeis demonstram os percentuais encontrados, fundamentados nas respostas obtidas.

**Gráfico 4-** Conhecimento das novas terminologias contábeis

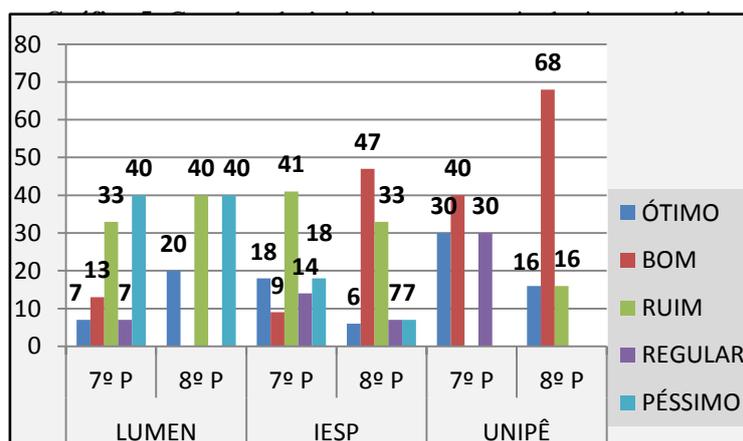


Fonte: Elaboração própria

Conforme o Gráfico 4, que trata das novas terminologias contábeis adotadas pela IFRS, na Lumen, 33% dos discentes do 7º período responderam que tem conhecimento das terminologias contábeis e 66% responderam que não. No 8º período, somente 25% dos discentes afirmam conhecer essas terminologias e 75% dos discentes responderam que não possuem conhecimento.

Já no IESP, no 7º período, 36% dos discentes possuem conhecimento das terminologias e 64% dos discentes não as conhecem. No 8º período, os resultados foram mais satisfatórios do que o do 7º período, sendo que, 53% dos discentes responderam que conhecem as novas terminologias e 47% responderam que não conhecem. Na UNIPÊ os resultados foram satisfatórios nos dois períodos. No 7º período, 70% dos discentes conhecem as terminologias e 30% não conhecem. No 8º período, 83% dos discentes responderam que conhecem as terminologias e somente 17% afirmam que não conhecem, sendo, entre as turmas pesquisadas, àquela que obteve o melhor resultado.

Para avaliar o grau de conhecimento das novas terminologias contábeis relacionadas às IFRS, foi questionado aos discentes como eles avaliam o seu nível de conhecimento sobre as mesmas. Ao identificar o nível a que se propõe, pode-se observar e determinar o grau de conhecimento desses discentes. O Gráfico 5 a que se refere às respostas obtidas por tal questionamento pode ser visualizado a seguir.

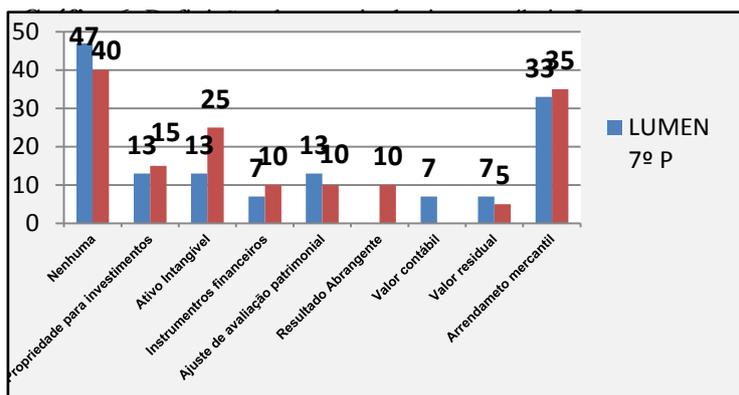


Fonte: Elaboração própria

No 7º período da Lumen, 40% dos discentes responderam que os seus conhecimentos em relação às terminologias contábeis são péssimos, 33% ruins, 13% bons, 7% regulares e 7% ótimos. Já no 8º período 40% dos discentes responderam que o seus conhecimentos são péssimos e outros 40% ruins, sendo que 20% consideram seus conhecimentos como ótimos. No IESP, no 7º período, 41% responderam que seus conhecimentos são ruins, 18% péssimos, 18% ótimos, 14% regulares e 9% se consideram bons quanto ao conhecimento sobre as novas terminologias contábeis. No 8º período, os resultados foram que, 47% responderam ótimos, 33% ruins, 7% regulares, 7% péssimos e 6% ótimos, sendo a turma que apresentou o resultado menos satisfatório, já que somente 6% dos discentes consideram seus conhecimentos sobre as novas terminologias como ótimos.

A UNIPÊ apresentou o maior nível de conhecimento em relação às terminologias contábeis, de acordo com a opinião dos discentes, pois no 7º período, 40% consideram seus conhecimentos como bons, 30% como ótimos e 30% regulares e no 8º período 68% consideram seus conhecimentos bons, 16% ótimos e 16% ruins, sendo a turma com maior aderência.

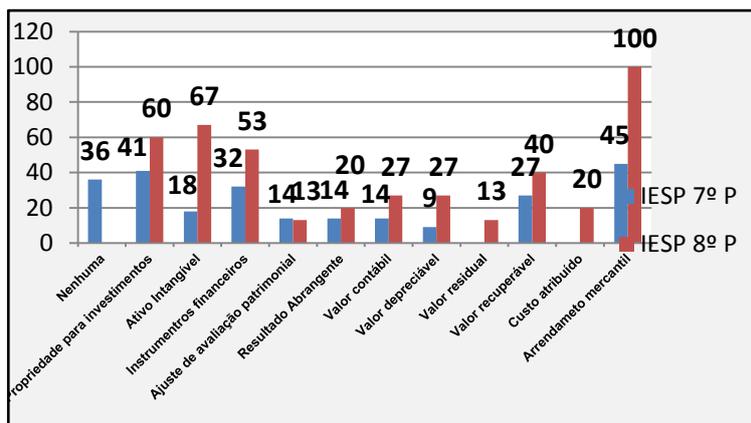
Com o objetivo de determinar um maior nível de conhecimento dos discentes em relação às novas terminologias contábeis, foi solicitado aos mesmos que fizessem uma relação entre as terminologias especificadas na questão e seus conceitos e definições especificadas e estabelecidas. O Gráfico 6, apresenta o resultado no qual os discentes demonstram ter conhecimento das terminologias, analisando a relação com as suas definições e características. Diante das terminologias analisadas, os discentes realizaram as relações das definições de acordo como seu conhecimento em cada terminologia. Para melhor visualizar os gráficos, foram divididos por IES.



Fonte: Elaboração

No 7º período, 47%, e, no 8º período, 40% dos discentes não souberam relacionar às terminologias com as suas definições. Já a terminologia de maior conhecimento dos discentes foi o arrendamento mercantil onde os resultados do 7º e 8º períodos foram, respectivamente, 33% e 35%.

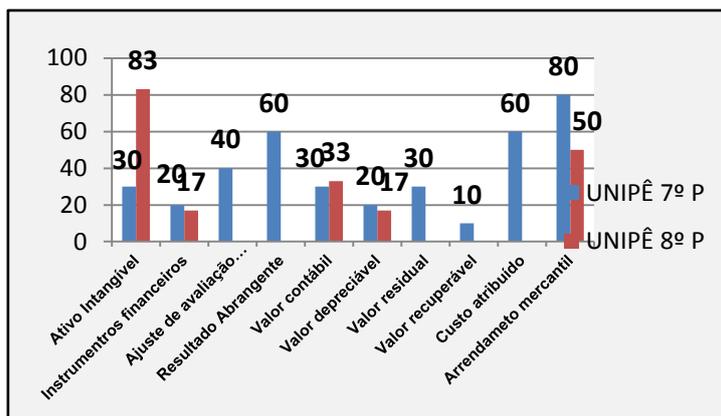
Gráfico 7- Definições das terminologias contábeis- IESP



Fonte: Elaboração

De acordo com o Gráfico 7, que trata dos discentes da IESP, os resultados não foram satisfatórios no 7º período, já que 36% dos discentes não conheciam as definições de nenhuma das terminologias apontadas no questionário e, assim como na Lumen, os discentes demonstraram um maior conhecimento no significado e características do termo contábil, arrendamento mercantil. No 8º período, o resultado foi satisfatório, já que todos os pesquisados demonstraram conhecimento em pelo menos uma terminologia, obteve 100% de conhecimento sobre a definição de arrendamento mercantil, assim como também foi satisfatório o nível de conhecimento acerca das outras terminologias do questionário.

**Gráfico 8-** Definições das terminologias contábeis- UNIPÊ

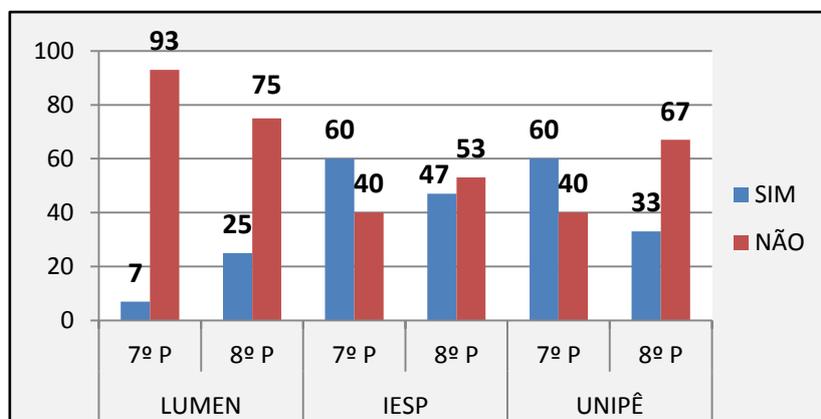


Fonte: Elaboração

Conforme o Gráfico 8, a UNIPÊ foi a instituição que apresentou o melhor nível de conhecimento sobre as definições das terminologias contábeis, pois ambos os períodos realizaram corretamente as relações de algumas terminologias com as suas definições, tendo como destaques, no 7º período, o termo arrendamento mercantil com 80%, 60% em custo atribuído e 60% em resultado abrangente. Já no 8º período, as terminologias de maior conhecimento dos discentes foram: ativo intangível com 83% e arrendamento mercantil, onde 50% dos discentes conheciam a definição da terminologia.

Por fim, foi questionado aos discentes se eles estavam aptos a ingressar no mercado de trabalho e se os mesmos estariam capacitados para isso, levando-se em consideração as alterações trazidas pelas IFRS em relação às novas terminologias contábeis. As respostas a esse questionamento podem ser visualizadas no Gráfico 9 – Aptidão e capacitação dos discentes para o mercado de trabalho.

**Gráfico 9-** Aptidão e capacitação dos discentes para o mercado de trabalho



Fonte: Elaboração própria

De acordo com o gráfico 9, na Lumen Faculdades somente 7% dos discentes do 7º período responderam que não se sentiam aptos e capacitados para ingressar no mercado de trabalho, enquanto 83% dos discentes não se consideravam preparados. No 8º período, somente 25% afirmaram que sim, ou seja, sentem-se preparados para o mercado de trabalho e 75% não estão aptos. Já o IESP apresentou, percentualmente, o melhor resultado entre as três instituições, pois, no 7º período, 60% dos discentes afirmaram que sim e 40% que não estão preparados para o mercado de trabalho. No 8º período, 47% responderam que estavam preparados para ingressar na área contábil, enquanto 53% afirmaram que não.

No 7º período da UNIPÊ, 60% dos discentes responderam que se sentem preparados para o mercado de trabalho, enquanto 40% afirmam que não. Já no 8º período, o resultado mostra que 33% dos discentes se consideravam preparados para ingressar no mercado contábil, e 67% informaram não se sentirem preparados.

## **6. RESULTADOS**

Diante dos dados tabulados, verificou-se, através de uma análise interpretativa, que o grau de conhecimento das novas terminologias das IFRS, pelos discentes das IES privadas, não foi satisfatório ou positivo. Isso pode ser percebido por meio do desconhecimento, por parte desses discentes, dessas terminologias.

Foram levados em consideração alguns aspectos que confirmam essa afirmação, tais como: mesmo afirmando conhecerem o significado da sigla IFRS e demonstraram não estarem totalmente inteirados sobre o assunto, entendem que ele é de grande importância para o desenvolvimento da profissão. Os discentes não conhecem, especificamente, qual é a legislação que trata de todas essas mudanças.

Tratando-se da própria percepção dos discentes, em relação ao seu grau de conhecimento às terminologias, o resultado ficou concentrado em bom, ruim e péssimo. De acordo com os dados analisados, em algumas instituições um expressivo percentual apontou que os discentes participantes do referido estudo não tinham conhecimento de nenhuma das terminologias contábeis constantes no questionário.

Foi identificado, também, que a terminologia de maior conhecimento, entre os discentes das três IES, ficou concentrada somente no arrendamento mercantil. O

resultado também apresentou grande relevância para o mercado atual, posto que, boa parte dos discentes que afirmaram não estarem preparados para o mercado de trabalho, já estão atuando indiretamente na área contábil.

## REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Homepage. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/>.

Acesso em 23 de outubro de 2013

BRAGA, Hugo Rocha; ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Mudanças contábeis na lei societária: Lei 11.638 de 28-11-2007**. São Paulo: Atlas, 2008.

CASA CIVIL. Lei Ordinária N.º 11.638/07. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/>> . Acesso em: 13/10/2013.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Princípios fundamentais e normas brasileiras de contabilidade** / Conselho Federal de Contabilidade. 2. ed. Brasília: CFC, 2009

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Convergência do Brasil às Normas Internacionais de Contabilidade**. 2009 Homepage. Disponível em:<[http://www.cpc.org.br/pdf/CVM\\_CPC.pdf](http://www.cpc.org.br/pdf/CVM_CPC.pdf)> . Acesso em 24 de outubro de 2013.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**. 6 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). Disponível em <<http://www.crcpr.org.br/new/content/publicacao/revista/revista135/processo.htm>> . Acesso em: 24/10/2013.

DELOITTE. **Normas internacionais de contabilidade: IFRS**. São Paulo: Atlas, 2006.

DIAS FILHO, José Maria. **A Linguagem Utilizada na Evidenciação Contábil: uma análise de sua compreensibilidade à luz da Teoria da Comunicação**. Caderno de Estudos FIPECAFI, v.13, n.24, p.38-49, São Paulo, julho/dezembro 2000.

ECHTERNACHT, Tiago Henrique de Souza. **O ensino de contabilidade internacional nos cursos de graduação em ciências contábeis no Brasil. 2006**. 91 fls. Dissertação (Mestrado, Programa Multiinstitucional e Inter-Regional em Ciências Contábeis). Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba. Universidade Federal de Pernambuco e Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

FERREIRA, Rosila Arruda. **A pesquisa científica nas Ciências Sociais: caracterização e procedimentos**. Recife: UFPE, 1998

FRANCO, Hilário. **Contabilidade Geral** 23 ed. Ed. Atlas. São Paulo, 1997. 407p.  
*GIL, A. C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social* 5. ed. São Paulo: Atlas. 2006

GOUVEIA, Nelson. **Contabilidade básica**. 2a ed. São Paulo: Harbra Ltda., 1993.  
HENDRIKSEN, Eldon S; BREDA, Michael F Van. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 3ª Edição. São Paulo: Atlas, 1993.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Contabilidade comercial**. São Paulo: Atlas, 2000.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Introdução à teoria da contabilidade para o nível de graduação**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IBRACON. Disponível em: <

<http://www.ibracon.com.br/ibracon/Portugues/lisPublicacoes.php?codCat=2> >. Acesso em: 03/10/2013.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade Pública: Teoria e Prática**. 13 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

LOURENÇO, Rosenery Loureiro. **Difusão da Convergência Brasileira as Normas Internacionais de Contabilidade na Comunicação Eletrônica dos Conselhos da Classe Contábil**, 2010 – 97 f.

MARCONI, M. A. LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7ª Ed. São Paulo: Atlas, 2010

MARCONI, M. A. LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5ª Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Básica**. São Paulo: Atlas, 2004.

MASI, Vincenzo, La ragioneria e la scienza del patrimonio, in Revista Italiana di Ragioneria, fasc. 6, Roma: 1941, in SÁ, Antônio Lopes de, Dicionário de Contabilidade, Op. cit., p. 349.

MERLO, Roberto Aurélio. **O contabilista do século XXI**. Jornal do CFC, Brasília, março/abril 2006. Disponível em: < <http://www.cfc.org.br/uparq/Jornal81.pdf> >. Acesso em: 06/09/2013.

MIGUEL, P. A. C. (coord.) **Metodologia de Pesquisa em Engenharia de Produção e Gestão de Operações**. Rio de Janeiro: Elsevier; ABEPRO, 2010.

MUELLER, G G., Helen Gernon, and Gary Meek. **Accounting an International Perspective**. 3th ed. Illinois: Richard. D. Irwin, Inc., 1994.

NYIAMA, J. K. **Contabilidade Internacional**. 1. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

NAKAGAWA, Masayuki. **Análise do Processo da Comunicação Contábil: uma contribuição para a solução de problemas semânticos, utilizando conceitos da Teoria da Comunicação**. Revista Contabilidade & Finanças FIPECAFI – FEA – USP, v.15, n.26, p.42-57, São Paulo, maio/agosto 2001.

NIYAMA, Jorge Katsumi. **Contabilidade Internacional: causas das diferenças internacionais, harmonização contábil internacional, estudo comparativo entre países,**

divergência nos critérios de reconhecimento e mensuração, evidenciação segundo FASB e IASB. São Paulo: Atlas, 2005

ORRÚ, Mussolini. **Contabilidade Geral**. São Paulo: Scipione, 1990.

RICCIO, E. L.; SAKATA, M. C. G. **Evidências da globalização na Educação contábil**: estudo das Grades Curriculares Portuguesas dos cursos de graduação em Universidades Brasileiras e Portuguesas. Revista Contabilidade e Finanças. USP, n.35, maio/ago.2004.

SANTOS, Christiano Augusto Bezeze dos. **Os impactos da conversão de demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil**. Dissertação de mestrado em Ciências Contábeis: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2008.

SÁ, Antônio Lopes de. **A História milenar da contabilidade**. IOB, 1995 p.148-150.

SCANLAN, Burt K. **Princípios de administração e comportamento organizacional**. São Paulo: Atlas, 1979.

SCHMIDT, Paulo. **História do pensamento contábil**. Porto Alegre: Bookman, 2000.

SCHMIDT, Paulo; SANTOS, José Luiz; FERNANDES, Luciane Alves. **Contabilidade internacional avançada**. 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SZUSTER, Natan ... et al. **Contabilidade Geral: Introdução à Contabilidade Societária**. 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SILVA, Edson Cordeiro. **Governança Corporativa nas empresas**. São Paulo: Atlas, 2006.

SILVA, E. L. da.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3º Ed. Florianópolis. 2001.

CFC. **Sumário da Comparação das Práticas Contábeis adotadas no Brasil com as Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS** – Brasília: Conselho Federal de Contabilidade; São Paulo: Ibracom, 2009 Disponível em: <  
<http://www.cfc.org.br/uparq/sumario.pdf> >. Acesso em: 23/10/2013.

WEFFORT, Elionor Farah Jreige. **O Brasil e a harmonização contábil internacional: influência dos sistemas jurídico e educacional, da cultura e do mercado**. São Paulo: Atlas, 2005.